



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Área Requisitante (Unidade/Setor/Depto): **COORDENADORIA DE PATRIMÔNIO**
Responsável pela demanda: **IZAQUE ALVES DOS SANTOS**
Matrícula: **14506** E-mail: **patrimoniopmc@cacador.sc.gov.br** Telefone: **(49) 9.9108-2376**

SÍNTESE DO PROCESSO

Objeto:	CRENCIAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIROS OFICIAIS À REALIZAÇÃO DE LEILÕES NA MODALIDADE PRESENCIAL, ONLINE OU VIRTUAL E PRESENCIAL SIMULTANEAMENTE.		
Tipo de Item:	Tipo de Subitem:	Mês Desejado?	
<input type="checkbox"/> Material	<input type="checkbox"/> Permanente	<input type="checkbox"/> Janeiro	<input checked="" type="checkbox"/> Julho
<input checked="" type="checkbox"/> Serviço	<input type="checkbox"/> Consumo	<input type="checkbox"/> Fevereiro	<input type="checkbox"/> Agosto
<input type="checkbox"/> Obra	<input checked="" type="checkbox"/> Continuado	<input type="checkbox"/> Março	<input type="checkbox"/> Setembro
<input type="checkbox"/> Soluções de TI	<input type="checkbox"/> Não Continuado	<input type="checkbox"/> Abril	<input type="checkbox"/> Outubro
<input type="checkbox"/> Permissão de Uso	<input type="checkbox"/> Soluções de TI	<input type="checkbox"/> Maio	<input type="checkbox"/> Novembro
		<input type="checkbox"/> Junho	<input type="checkbox"/> Dezembro
Finalidade:	Recurso Externo?	Grau de Prioridade:	Renova Contrato?
<input type="checkbox"/> Registro de Preços	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
<input checked="" type="checkbox"/> Aquisição	<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Concorrência		<input checked="" type="checkbox"/> Alta	
Valor Total Estimado:	R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS)		

1. OBJETO DETALHADO

CRENCIAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIROS OFICIAIS À REALIZAÇÃO DE LEILÕES NA MODALIDADE PRESENCIAL, ONLINE OU VIRTUAL E PRESENCIAL SIMULTANEAMENTE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO	
					UNITÁRIO REF.	TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL	3972	UND	1	R\$ 5.000,00	R\$ 5.000,00

2. NECESSIDADE DE AMOSTRAS

Não se aplica ao objeto pretendido.

3. INDICAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO

Não se aplica para o procedimento objeto desta requisição ficando a cargo do Setor de Licitação e Contratos todas as diligências que se fizerem necessárias no tramite do processo.

4. METODOLOGIA UTILIZADA NA PESQUISA DE PREÇOS E, SE NECESSÁRIO, JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DA PESQUISA NO PNCP

A pesquisa de preços foi realizada por meio de cotação no painel de preços do governo federa. Ressalta-se que o valor da contratação pretendida está vinculado ao valor futuramente gerado pela realização do próprio leilão.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Portanto, o valor apresentado serve somente para configuração de estimativa mínima de custo para o Município com execução do objeto.

5. INDICAÇÃO DA EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇO

A Pesquisa de preços foi realizada pela Coordenadoria de patrimônio através do servidor abaixo.

OR	NOME	CPF	MATRÍCULA	E-MAIL	FONE	CARGO
1	Izaque Alves dos Santos	097.500.389-59	14506	patrimoniopmc@cacador.sc.gov.br	(49) 3666-2408	Coordenador de Patrimônio

Caçador, 15, Julho de 2024.

ALENCAR
MENDES:77167384968
167384968
Assinado de forma digital por ALENCAR MENDES:77167384968
Dados: 2024.07.18 14:40:21 -03'00'

Alencar Mendes
Prefeito Municipal

ANTONIO CARLOS
CASTILHO:77413644991
991
Assinado de forma digital por ANTONIO CARLOS CASTILHO:77413644991
Dados: 2024.07.16 18:29:35 -03'00'

Antonio Carlos Castilho
Secretário de Administração

OSORIO ELIAS
TIMMERMANN:48628425934
8628425934
Assinado de forma digital por OSORIO ELIAS TIMMERMANN:48628425934
Dados: 2024.07.17 17:27:35 -03'00'

Osorio Elias Timermann
Secretário de Fazenda

Documento assinado digitalmente
gov.br IZAQUE ALVES DOS SANTOS
Data: 17/07/2024 17:49:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Izaque Alves dos Santos
Coordenador De Patrimônio

Assinado de forma digital por JOSETE MARIA
DE LEMOS ESTROWISPY:31849857091
Dados: 2024.07.17 16:17:53 -03'00'

Josete Lemos Estrowispy
Fiscal do Contrato

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Caçador, dispõe em seu cadastro patrimonial diversos tipos de bens enquadrados como bens móveis inservíveis e bens imóveis que foram adquiridos ou recebidos para atender diversas necessidades.

No entanto, com o passar do tempo, surgimento de novas ferramentas, avançado desgaste, tempo de uso, estarem desatualizados, não atende condições de mínimas das demandas do Município os bens móveis tornam-se “inservíveis” vindo gerar um passivo extra ao município para sua alocação em depósitos. Quando tratando dos bens imóveis suas dimensões, localização e seu potencial de aproveitamento os tornam “ociosos” gerando custos para sua manutenção, razão pela qual, ambos os casos para gestão racional do patrimônio público podem ser alienados a terceiros.

Vejamos, os veículos, os equipamentos de informática, os eletrônicos e mobiliários em geral que como decorrência do desgaste natural, os custos de manutenção leva administração fazer substituição por novos veículos, versões atualizações de ferramentas de informática e entre outros motivos acabam se encontrando em desuso pela Administração.

Enquanto que, bens imóveis, constituído por terrenos ao passar do tempo deixam de atender os padrões de espaço, localização e atualmente possuindo limitações construtivas que são necessárias para equipamentos públicos (Escolas, Postos de Saúde) estando desocupados e se tornando foco de acumulo de lixo, necessitam manutenção continua e oneram com isso o município.

Portanto, a alienação gera recursos financeiros que serão utilizados pelo Município em outras atividades e/ou mesmo para novas aquisições torna-se meio ideal para gerenciar todo tipo de bens de sua propriedade. Para tal, a alienação destes bens se dará através da realização de leilão, consonante artigo 28 IV, Lei 14.133 de 1 de abril de 2021. Razão pela qual este estudo pretende apresentar a solução ideal para execução do leilão de seus bens.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto em estudo não consta no plano de contratações anual, em virtude de

que a Administração poderá ou não realizar o leilão conforme requisitos de necessidade e interesse.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratação deve abranger, no que couber aos bens móveis inservíveis e imóveis, a organização de leilões públicos compreendidas todas as atividades desde a organização até realização do leilão para alienação do bem. Sendo, para quaisquer efeitos será considerado os serviços conforme segue:

3.1.1 Organização de leilões públicos de bens: suporte técnico operacional às atividades necessárias para organização de leilões públicos, atividades estas que antecedem e sucedem a realização da hasta pública.

3.1.2 O CONTRATADO deverá gerenciar o processo de visitação aos lotes no local em que os mesmos se encontram, devendo dispor de pelo menos 1 (um) funcionário nos dias e horários indicados pelo edital de leilão.

3.2.3. O participante deverá indicar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, bem como declarar dispor de estrutura para organização e realização do leilão conforme exigido no edital e termo de referências. A contratada deverá possuir, no mínimo, a seguinte infraestrutura, para a realização do leilão priorizando a transparência e competitividade do leilão visando o maior valor adquirido por item alienado:

- A. Utilização de sistema de áudio durante o leilão, que possibilite som durante o respectivo leilão;
- B. Sistema / plataforma on line para gerenciamento do leilão, que permita, nos locais de suas realizações: a impressão de notas de venda ou recibo, a execução de controles administrativos, realizações de cópias de documentos e acesso à rede mundial de computadores;
- C. Preparar os bens móveis para organização dos itens e ou lotes, se for o caso, segundo as técnicas do leilão;
- D. Fazer instalação de som e disponibilizar equipe para acompanhamento dos lances e arrematações;
- E. Atualização de seus dados cadastrais (telefone, fax e e-mail), que serão utilizados para notificação quando dos sorteios a serem realizados;
- F. A confecção de material publicitário impresso acerca dos leilões: catálogos, folhetos de divulgação etc., em quantidade mínima suficiente para que sejam fornecidos a todos os interessados;
- G. Fazer constar na divulgação do evento na rede mundial de computadores e no material impresso a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão, telefones e endereços eletrônicos para contatos e esclarecimentos adicionais;
- H. Disponibilizar equipe para atendimento dos interesses e para o bom funcionamento do leilão;
- I. Os requisitos acima são necessários

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O Município prevê a realização de ao menos 1 (um) O leilão no ano corrente (2024) de bens móveis inservíveis e Bens Imóveis podendo estes ocorrer

separadamente ou em conjunto. Portanto, a critério de conveniência e oportunidade e o interesse público a administração poderá solicitar que seja realizado processos de alienação dos bens que não atendem atualmente as necessidades públicas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para realização dos processos existem algumas opções disponíveis, podendo o município optar por realizar leilão através de servidor e/ou equipe técnica designada composta por profissional que faça parte de seu quadro e que dispondo de capacidade técnica e dos meios necessários realizará o leilão. No entanto, por não dispor em seu quadro de tal equipe, deve buscar no mercado profissional ou empresa para que possa contratar e efetivar a realização do leilão.

A possibilidade de contratar leiloeiro oficial que atenda aos requisitos mínimos para a execução e o andamento do certame como exemplos destes processos a divulgação, possuir sistema para apresentação de propostas pelo arrematante com sítio na rede mundial de computadores e todos procedimentos ao decorrer do leilão. Optando pela contratação de leiloeiro fica este profissional responsável por todo processo do início até o seu fim devendo ele próprio possuir meios para atender os requisitos mínimos de execução do objeto ficando a cargo destes todos procedimentos no trâmite do processo inclusive possuir plataforma para divulgação, operacionalização e finalização do certame, correndo custos por sua conta a ser recuperado através do recebimento de comissão por item alienado.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação, será acompanhada dos preços unitários dos itens após avaliação a ser realizada por comissão designado por ato da administração e demonstrada no momento da formalização contratual para realização do leilão conforme art. 76 lei 14.133 de abril de 2021.

Portanto, os referenciais e cálculos demonstrados no descritivo abaixo trata-se apenas de referência para embasar este estudo, após realização do leilão a contratada receberá o valor correspondente ao cálculo da taxa máxima de comissão sob o valor do lance para o item paga exclusivamente pelo arrematante a título de comissão diretamente a contratada, conforme art. 24 do Decreto Federal 21.981/1932.

Valor Leilão Bens Móveis Inservíveis.	%	Valor Máximo Comissão
R\$ 0,00 a R\$ 50.000,00	5%	R\$ 2.500,00
R\$ 50.001,00 a R\$ 99.999,00	5%	R\$ 4.999,95
R\$ 100.000,00 a R\$ 199.999,00	5%	R\$ 9.999,95
Valor Leilão Bens Imóveis.	%	Valor Máximo Comissão
R\$ 0,00 a R\$ 50.000,00	3%	R\$ 1.500,00
R\$ 50.001,00 a R\$ 99.999,00	3%	R\$ 2.999,97
R\$ 100.000,00 a R\$ 199.999,00	3%	R\$ 5.999,97

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando o dever de gerir os bens e a necessidade de dar destino adequado para aqueles que não atendem atualmente as necessidades e o interesse público a solução é a alienação destes. Para este procedimento optando pela contratação de um Leiloeiro Oficial, desde que, possua capacidade técnica exigida comprovada para a realização do objeto por meio de Credenciamento e escolha da ordem classificatória por sorteio público. Não sendo, após, necessário outras contratações.

8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O Objeto pretendido não pode ser fracionado ou parcelado por se tratar de serviço único em cada processo de alienação de bens realizado pelo município.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A baixa de bens móveis inservíveis acumulados pelos diversos setores e unidades da Prefeitura Municipal de Caçador é ato contínuo, pois, naturalmente, os bens móveis têm vida limitada, gerando grande quantidade de bens de toda as espécies, havendo limitação, inclusive, para seu armazenamento e proteção. Não seria, portanto, razoável mantê-los em processo de deterioração sem utilização. Dessa forma, diante da necessidade de obter recursos financeiros para investimentos públicos e de utilizar de forma racional o patrimônio municipal, torna-se necessário credenciar profissionais habilitados para realizar leilões consecutivos para a Prefeitura Municipal de Caçador, visando a alienação dos bens patrimoniais sem uso ou destino específico. Portanto, com efetivação do processo licitatório o município terá a possibilidade de realizar em momento oportuno leilão podendo realizar a gestão e destinação dos bens de forma eficiente.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A Administração possui setor responsável pelo controle patrimonial com os servidores que integram este setor capacitados para acompanhamento e elaboração de avaliação para determinar os bens sejam móveis ou imóveis que devam ser alienados.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não será necessária outra contratação, devendo o leiloeiro providenciar todos os equipamentos, infraestrutura, pessoal e material necessário para realização do processo.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

A alienação de bens móveis inservíveis contribui para limpeza e correta destinação de materias eletrônicos e de informática, veículos que deixam de

estar acumulados gerando focos para doenças necessitando constante cuidado e terrenos baldios que precisam de manutenções periodicamente.

13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Conclui-se pela viabilidade da contratação de Leiloeiro Oficial para realizar, divulgar, executar todos serviços relacionados ou correlatos do leilão sendo a melhor alternativa para solucionar o objeto de estudo.

Caçador, 03 de julho de 2024.





PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 2541/202 - CONTRATAÇÃO DE LEILOEIROS OFICIAIS

A Coordenadoria de Patrimônio, considerando o parecer n. 090/2024, emitido pela Procuradoria Geral do Município, Processo Administrativo n. 2541/2024, referente a Contratação de Leiloeiros Oficiais, vem por meio deste, apresentar justificativa nos termos do parecer abaixo;

*“34. Registra-se que não se está realizando nenhum juízo crítico quanto à escolha feita pela Unidade, a qual se considera legítima. **Recomenda-se apenas sejam informados nos autos os motivos que o levaram a optar pela realização de credenciamento, em detrimento do pregão.**”*

O Credenciamento ao invés da licitação na modalidade pregão se justifica com base em fatores operacionais. Uma vez que o município constantemente adquire novos bens para seu patrimônio, poderá realizar a alienação daqueles que não são úteis, estão desatualizados ou já se encontram inservíveis, rapidamente. Ainda, permite a verificação prévia dos requisitos legais, técnicos e financeiros dos candidatos, assegurando que todos os credenciados estejam aptos a fornecer os serviços ou produtos conforme as exigências regulamentares. É possível estabelecer critérios específicos que garantam a contratação de profissionais ou empresas com alto nível de especialização e experiência. Ademais, proporciona maior controle e previsibilidade ao contratante, que pode definir exatamente quais critérios devem ser atendidos.

No pregão, a competitividade de preços pode levar à escolha de fornecedores que não entregam o nível de qualidade esperado. O pregão pode eventualmente resultar em preços mais baixos no curto prazo, porém, o credenciamento reduz custos operacionais ao longo do tempo, ao minimizar a necessidade de repetidas licitações ao permitir o desenvolvimento de processos mais eficientes com fornecedores já definidos, pois, auxilia na criação de uma base ampla e diversificada destes que podem ser chamados conforme a demanda.

Isso pode ser particularmente importante quando se busca qualidade e agilidade em vez de apenas o menor preço, que é o foco principal do pregão. Portanto, a seleção contínua e menos burocrática de profissionais ou empresas que atendam aos requisitos estabelecidos, pode acelerar o processo de contratação, ao contrário do pregão, que é um procedimento formal e pode ser mais demorado, que não possibilita uma resposta mais rápida às demandas quando emergentes.

Assim, considerando as vantagens do credenciamento em situações onde a agilidade, a qualidade, a especialização e a flexibilidade são importantes, como caso dos leilões a sua utilização se torna mais vantajosa.

Documento assinado digitalmente
gov.br IZAQUE ALVES DOS SANTOS
Data: 27/08/2024 18:03:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Caçador, 26 de agosto de 2024.

Coordenadoria de Patrimônio



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste, o **CRENCIAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIROS OFICIAIS À REALIZAÇÃO DE LEILÕES NA MODALIDADE PRESENCIAL, ONLINE OU VIRTUAL E PRESENCIAL SIMULTANEAMENTE**, destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis de propriedade das Secretarias, Fundos e Autarquias relacionadas à Prefeitura Municipal de Caçador, Estado de Santa Catarina.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação dos serviços em questão visa promover a Gestão do Patrimônio Público, garantindo uma prestação adequada de serviços à sociedade. A Prefeitura Municipal de Caçador, devido à sua independência administrativa, é responsável pela gestão contínua de seus bens móveis considerados inservíveis e bens imóveis considerados ociosos.

2.2. Atualmente muitos bens inservíveis encontram-se distribuídos em vários setores administrativos da Prefeitura Municipal de Caçador, além dos espaços específicos para acomodar esses bens e que saturam rapidamente. Esse patrimônio, em sua maioria, é classificado como “inservível ou ociosos”, ou seja, não está sendo empregado na atividade-fim para o qual se destina. Do mesmo modo alguns bens imóveis devido características como localização, dimensões não atende os padrões mínimos para receber equipamentos públicos que necessitam de espaços maiores e localização de fácil acesso, por isso, se encontram “inutilizados ou ociosos” gerando passivo a administração para manutenção e conservação destes espaços.

2.3. Os referidos bens, muitas vezes, ficam submetidos ao desgaste natural pela ação do tempo e ocupando espaço, além de ficarem expostos a outros danos, podendo oferecer condições típicas de agressão ao meio ambiente, além de possibilitar o foco de doenças, principalmente transmitidas por meio de mosquitos, quando os contribuem para empessar água da chuva.

2.4. Dessa forma, diante da necessidade de obter recursos financeiros para investimentos públicos e de utilizar de forma racional o patrimônio municipal, torna-se necessário credenciar profissionais habilitados para realizar leilões consecutivos para a Prefeitura Municipal de Caçador, visando a alienação dos bens patrimoniais sem uso ou destino específico. Ademais, a baixa de bens móveis inservíveis acumulados pelos diversos setores e unidades da Prefeitura Municipal de Caçador é ato contínuo, pois, naturalmente, os bens móveis têm vida limitada, gerando grande quantidade de bens móveis inservíveis de toda as espécies, havendo limitação, inclusive, para seu armazenamento e proteção. Não seria, portanto, razoável mantê-los em processo de deterioração sem utilização.

2.5. Mantendo-se então a melhor prática observada junto ao Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Caçador, entende-se como sendo o credenciamento a alternativa mais viável para que sejam cumpridos os Princípios de Isonomia, Igualdade e da Impessoalidade.

2.6. A escolha dos Leiloeiros Oficiais através do procedimento de credenciamento é fundamental para que a Prefeitura Municipal de Caçador possa realizar o Leilão de bens móveis e imóveis.

2.7. Justifica-se essa escolha do credenciamento, a realização de leilão pelo ente interessado, em atendimento a Instrução Normativa n.º 52 de 29/07/2022, § 2º. Artigo 71.

2.8. A contratação de leiloeiro enquadra-se em hipótese prevista no artigo 31 da Lei 14.133/21, por se caracterizar pela ausência de competição, impossibilitando, assim, a abertura de certame licitatório. No caso em questão, em tese, todos os leiloeiros matriculados no Estado podem oferecer o serviço, porém, é impossível para a Administração escolher a proposta mais vantajosa, uma vez que a taxa de comissão dos contratados é fixa, estabelecida pelo Decreto Federal n.º 21.981, de 19 de outubro de 1932.

2.9. Nesse sentido, o credenciamento, torna-se a alternativa mais viável para que sejam cumpridos os princípios da isonomia, da igualdade e da impessoalidade.

2.10. A contratação de Leiloeiros Oficiais através do procedimento de credenciamento se fundamenta na necessidade de desfazimento dos bens inservíveis desta Prefeitura Municipal de Caçador.

2.11. A Comissão Especial de Leilão procederá a avaliação dos bens previamente selecionados e que devem



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ser alienados repassando as informações ao Leiloeiro na ordem de classificação, sendo esse o valor bruto de aquisição sem considerar a depreciação. Compreendendo no processo veículos diversos, sucatas, além de mobiliários, equipamentos de informática, equipamentos de refrigeração, equipamentos de telecomunicação e outros classificados como bens móveis inservíveis e também quando tratar-se de bens imóveis toda documentação destes constituídos exclusivamente por terrenos ociosos e incluídos no procedimento de alienação a critério da Administração.

2.12. A lista dos bens já disponíveis para Leilão, será apresentada no momento da escolha do credenciado habilitados obedida ordem classificatória do Edital do Credenciamento, no entanto, esta lista servirá apenas para conhecimento e transferência das informações já dispostas, devendo o leiloeiro credenciado, ter ciência que havendo necessidade de se realizar novos leilões ao longo da vigência do presente credenciamento, haverá alteração nas características, quantidades e descrições dos bens a serem leiloados em ocasiões ainda não identificadas ou previstas.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do certame pessoas físicas que sejam Leiloeiros Oficiais, devidamente cadastrados na categoria de classe, que reúnam as condições de qualificação exigidas neste Edital.

3.2. É vedada a participação de:

- I. Empresas e Consórcios, qualquer que seja sua forma de constituição.
- II. Leiloeiros suspensos temporariamente de participar em licitação realizada pela Prefeitura Municipal de Caçador.
- III. Leiloeiros declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seajpromovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; e
- IV. Leiloeiros impedidos de contratar com a Prefeitura Municipal de Caçador em razão de outras sanções administrativas ou judicialmente aplicadas.

3.3. O descredenciamento do Leiloeiro Oficial ocorrerá caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento, sendo este imediatamente excluído do rol de prestadores credenciados. Ressaltamos que este deverá seguir rigorosamente a Lei Federal n.º 14.133/2021, IN/DREI n.º 52, de 29 de Julho de 2022 e alterações posteriores, Decreto n.º 21.981, de 19 de outubro de 1932 e das demais legislações pertinentes.

3.4. Da **Habilitação Jurídico-Fiscal**, devem ser apresentadas:

- I. Certidão Oficial, emitida entre 01.01.2023 ou em data posterior a publicação do Edital, fornecida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, de que está registrado como Leiloeiro Oficial, bem como, sua regularidade para o exercício da serventia, na forma das disposições do Decreto n.º 21.981/32.
- II. Cópia e Original do CPF e da Carteira de Identidade.
- III. Certidão Conjunta Negativa, ou Positiva com efeito negativa, de Tributos Federais, Estaduais e Municipais do local onde esteja registrada sua matrícula.
- IV. Declaração de que exercerá o encargo pessoalmente.
- V. Emitir declaração, atestando sua não condição de cônjuge, companheiro(a) ou parente até segundo grau civil de servidor da Prefeitura Municipal de Caçador, ocupante de cargo de sua administração.

3.5. **Habilitação Técnica** deve apresentar:

- I. Relatório dos serviços prestados como Leiloeiro Oficial, informando nome de cliente, características dos bens e quantidades aproximadas dos trabalhos realizados nos 02 (dois) últimos anos.
- II. Juntar ao relatório cópia de no mínimo 1 (um) extrato de publicações que comprovem leilões realizados nos 02 (dois) últimos anos.

3.6. As cópias dos documentos acima relacionados, deverão ser apresentadas para validação, mediante as vias originais no ato de protocolo.



4. DO PREÇO E DA FORMA DE REMUNERAÇÃO

4.1. A contratação de leiloeiro enquadra-se em hipótese de Edital de Credenciamento por se caracterizar pela ausência de competição, uma vez que a contratante aplicará o percentual máximo de comissão de acordo com a legislação específica de **5% (cinco por cento)** sobre os valores arrematados, para bens móveis inservíveis independentemente da natureza dos bens arrematados, e **3% (três por cento)** sobre bens imóveis de qualquer natureza, nos termos do parágrafo único do artigo 24 do Decreto n.º 21.981 de 1932 que os compradores deverão obrigatoriamente pagar pela realização do leilão.

4.2. Nesse sentido, o credenciamento para posterior ordenamento entre leiloeiros, torna-se a alternativa mais viável para que sejam cumpridos os princípios da isonomia, da igualdade e da impessoalidade.

4.3. Considerando que a medida adotada neste Termo de Referência não gerará ônus financeiro aos cofres deste órgão, o credenciamento permanecerá em vigência por **60 (sessenta) meses**.

4.4. Em data e horário a serem fixados no edital, desde que analisados os recursos eventualmente dispostos, será realizada a classificação conforme previsto no edital (sorteio) para definir o ordenamento a ser observado no banco de credenciados para a 1ª (primeira) demanda de lotes a serem leiloados.

- I. Com o surgimento de novas demandas, a Administração levará em consideração a relação de classificação dos leiloeiros credenciados.
- II. Somente participarão do ordenamento os leiloeiros previamente habilitados, conforme as condições de participação pré-estabelecidas no presente termo.
- III. Para fins de ordenamento, o leiloeiro classificado em 1º (primeiro) lugar terá precedência sobre o classificado em 2º (segundo) lugar e assim sucessivamente até que todos os leiloeiros participantes tenham sido classificados e ordenados no banco de credenciados.

4.1. Uma vez realizado a classificação do leiloeiro credenciado, este será convocado para assinar o contrato mediante demanda da parte contratante.

4.1. Com o não comparecimento do leiloeiro credenciado no prazo de até **07 (sete) dias corridos** contados do recebimento da comunicação para tal, poderá a Administração convocar o leiloeiro classificado na 2ª (segunda) colocação para promover a assinatura do contrato, sem prejuízo das penalidades aplicáveis ao leiloeiro que possuir precedência na assinatura, na forma do artigo 155, inciso III, da Lei Federal n.º 14.133/21.

4.1. O leiloeiro oficial credenciado obriga-se a executar os serviços, objeto do contrato, recebendo, a título de comissão:

- I. Pelos serviços prestados para a realização do Leilão dos Bens Móveis Inservíveis contratados, apenas os valores previstos no item 5.1 deste Termo de Referência.
- II. A taxa será calculada sobre o valor de venda do bem arrematado, taxa esta que deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, não cabendo à Prefeitura Municipal de Caçador a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo comprador, nem pelos gastos despendidos pelos Leiloeiros Oficiais credenciado para recebê-la.
- III. Não será devido ao Leiloeiro Oficial credenciado, nenhum outro pagamento além da indicada no item 5.1.

4.8. As despesas com a execução dos leilões correrão única e exclusivamente por conta dos Leiloeiros Oficiais credenciados e desde que atendidos os critérios pré-determinados, poderão ser objetos de pedidos de reembolsos aos leiloeiros quando do ato da prestação de contas, conforme regulamentados no edital do credenciamento.

4.9. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATADO(A)

5.1. Além das disposições legais que estão submetidos e das condições inerentes à execução de seus serviços, constituem obrigações dos leiloeiros credenciados nesse certame:

- I. Realizar pessoalmente e privativamente o apregoamento dos lotes, conforme Instrução Normativa 113/DNRC de 28/04/2010.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

5.2. O leiloeiro cadastrado se obriga, ainda, a manter, durante a vigência do cadastramento, todas as condições exigidas, inclusive quanto à validade de cada documento e informações para contatos através de endereço físico, e-mail e telefones.

5.3. Analisar e orientar quanto a minuta do Edital elaborada pela Comissão Especial de Leilão, que conterà:

- I. Descrição do bem e seu respectivo valor mínimo para arrematação.
- II. Procedimentos e/ou serviços necessários a regularização do bem.
- III. O lugar onde estarão os objetos divididos em lotes para visitação.
- IV. O local, dia e hora de realização do leilão.
- V. A comunicação de que a alienação (venda) será realizada a quem oferecer o maior lance e se o bem não alcançar lance superior à importância da avaliação, o lote deverá ser incluído no certame local seguinte.

5.4. Elaborar e apresentar o material com publicidade do Leilão físico e digital (folheto, cartilha, livreto, divulgação em sites próprios e/ou de terceiros etc.) para aprovação pela Comissão Especial do Leilão, inclusive catálogo oficial, com as condições de venda, a forma de pagamento e da entrega dos objetos que vão ser alienados, o estado e a qualidade desses, pormenorizando todos os lotes, bem como, dar publicidade ao evento através da internet.

5.5. Anunciar o leilão, ressalvadas a hipótese prevista em legislação especial, pelo menos 03 (três) vezes em jornal de grande circulação, devendo a última discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão leiloados, enunciar os gravames e eventuais ônus que recaiam sobre eles, e informar o horário e local para visitação e exame.

5.6. Fazer constar na divulgação do evento na internet e no material impresso: a descrição dos lotes indicados pelo(a) contratante, informações sobre o certame, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais.

5.7. Dirimir dúvida acerca da identificação e característica de cada lote indicado para o leilão, por meio de seu site na internet, assim como a descrição pormenorizada dos itens que possivelmente devem ser regularizados pelo arrematante, conforme informado pelo(a) contratante.

5.8. Destinar e preparar o local para o certame, dotando-o de todos os equipamentos necessários para realização do evento.

5.9. Conduzir o certame e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas.

5.10. Disponibilizar aos interessados canal para esclarecimento podendo ser pessoalmente, por telefone ou e-mail aberto no prazo em que o edital do leilão estiver disponível.

5.11. Fornecer aos arrematantes vencedores os Autos de Arrematação e os recibos das comissões pagas.

5.12. Pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes do contrato, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade do(a) contratante.

5.13. Submeter ao(à) contratante, quando for o caso, os recursos apresentados sobre a decisão do leilão.

5.14. Apresentar a Ata de realização do leilão até **7 (sete) dias corridos** após a realização da sessão pública do certame, contendo, dentre outras as seguintes informações:

- I. Nome completo/firma, CPF/CNPJ e documento de identificação do arrematante vencedor, bem como a credencial que identifica o seu suplente.
- II. Endereço e telefone do arrematante vencedor.
- III. Valor do preço mínimo.
- IV. Valor do lance vencedor ofertado e os 03 (três) últimos valores imediatamente anteriores ao lance vencedor, devidamente assinalados pelos respectivos suplentes assim declarados e reconhecidos para fins legais, podendo a vir assumir por ordem do maior lance para o menor a posição dos vencedores dos lotes não efetivarem pagamento. A Comissão Especial de Leilão poderá realizar a venda do lote não pago pelo 1º (primeiro) colocado pelo mesmo valor do lance vencedor aos suplentes cadastrados, não havendo interesse dos suplentes consultados, a Comissão poderá realizar a venda pelo mesmo valor do último lance do suplente consultado.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

- 5.15.** Relatório contendo descrição e esclarecimentos detalhados sobre o trabalho realizado para oferecimento dos lotes, indicando, inclusive, nomes, endereços e outros dados relevantes das pessoas contatadas, informando, ainda, quais foram os motivos que dificultaram a arrematação dos lotes ou a não ocorrência de lance para determinado bem, se porventura existirem.
- 5.16.** Juntamente com a ata, apresentar à Prefeitura Municipal de Caçador, cópia dos Autos de Arrematação e dos recibos das comissões pagas pelos arrematantes vencedores.
- 5.17.** Informar à Prefeitura Municipal de Caçador qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.
- 5.18.** Responder, perante o(a) contratante, pela perda ou extravio de fundos em dinheiro, existentes em seu poder, ainda que o dano provenha de caso fortuito ou de força maior.
- 5.19.** Caso o(a) contratante decida anular ou revogar a licitação no todo ou em parte:
- I. Devolver a comissão paga pelo(s) arrematante(s) no prazo de 02 (dois) dias úteis da comunicação do fato.
- 5.20.** Não utilizar o nome do(a) contratante ou sua qualidade de contratado(a), em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico.
- 5.21.** Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para realização do certame, e responsabilizar-se, perante o(a) contratante, pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas informações, ou pelo seu uso indevido.
- 5.22.** Na fase preparatória do leilão, deverão os contratados apresentar proposta da avaliação, organização, arrumação, montagem e manuseio dos lotes, registros fotográficos para uso em materiais de divulgações dos lotes e submeter à apreciação da Comissão Especial de Leilão por meio das suas equipes de trabalhos disponibilizadas de forma presencial na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, sob a responsabilidade do(a) pregoeiro(a) contratado(a).
- 5.23.** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação.
- 5.24.** Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.
- 5.25.** Avaliar e admitir, antecipadamente, o Edital com as regras concernentes à regular execução de cada evento, manifestando-se quanto aos aspectos que discordar.
- 5.26.** Remeter, a possíveis interessados, cópia do Edital de cada certame por meio físico ou digital.
- 5.27.** Utilizar sistemas de telemarketing e áudio visual para divulgação, panfletar, anunciar em jornal de grande circulação e apresentar através da internet.
- 5.28.** Os leiloeiros oficiais, quando contratados, e respectivas equipes deverão ficar à disposição no dia da realização do leilão para o bom desempenho das funções típicas do evento. Os contratados deverão, de forma antecipada a data do leilão, disponibilizar seus contatos atualizados à Comissão Especial de Leilão para contatos.
- 5.29.** Instalar telão com dimensões adequadas para divulgação dos lotes e, execução simultânea de certame online e/ou quando necessário.
- 5.30.** Providenciar os meios necessários para garantir a segurança dos lotes a serem vendidos, dos interessados e demais pessoas envolvidas no evento nos dias a serem efetivados os leilões.
- 5.31.** Instalar equipamentos e sistema de informática para impressão de notas e controles administrativos.
- 5.32.** Proceder registro através de áudio e vídeo do evento como forma de segurança e transparência e disponibilização do material ao(à) contratante.
- 5.33.** Disponibilizar cadeiras em quantidade suficiente para os atendimentos, quando realizado presencialmente.
- 5.34.** Conduzir o certame público com dinamismo, dentro dos princípios da impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.
- 5.35.** Utilizar-se de seus equipamentos para as preleções de áudio durante a realização do evento.
- 5.36.** Manter plataforma online para realização de leilão eletrônico, que permita a segurança, controle e



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

transparência adequada, que permita cadastros dos dados e documentos pessoais dos clientes/arrematantes mediante login e senha de acessos individualizados, credenciamento para participação, anúncios e divulgação do leilão, controle de lances, controles administrativos e financeiros inerentes a realização do leilão online.

5.37. Em caso de leilões presenciais, a plataforma online citada no item anterior, deverá permitir cadastro dos clientes/arrematantes por meio digital, bem como, realizar as demais condições, exceto a disponibilidade de lances digitais e realização do leilão eletrônico, de forma a facilitar a realização do leilão presencial.

5.38. Dispor de sistema informatizado, que permita o cadastro dos clientes/arrematantes, impressão de notas de venda e emissão eletrônica dos autos de arrematação, na hipótese de leilão eletrônico.

5.39. Fornecer aos clientes/arrematantes, arrematação (duas vias) contendo:

- I. Discriminação do lote e seu correspondente número de identificação.
- II. O valor da arrematação e os encargos financeiros.
- III. O nome do arrematante, RG e seu CPF.
- IV. Dados para o depósito bancário, guias de pagamentos/recolhimentos ou código de barras, direcionando o pagamento dos valores devidos pelos arrematantes.

5.40. Envidar esforços no sentido de efetuar a venda de todos os lotes.

5.41. Adotar as providências necessárias para o recebimento dos valores referentes aos lotes alienados.

5.42. Informar, logo após a conclusão dos trabalhos, os lotes arrematados com os respectivos valores de alienação.

5.43. Prestar contas, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** da data de realização do certame, mediante a apresentação de relatório detalhado, dos lotes, dos arrematantes, dos valores, e de todos os procedimentos executados à Comissão Especial do Leilão.

5.44. Efetuar recolhimento do montante financeiro dos valores arrematados inerente ao órgão(a) contratante, por meio do pagamento do Documento de Arrecadação Municipal – DAM/SEFAZ emitido pelo(a) contratante, referente a receita com alienação para crédito em conta bancária específica, no prazo de **03 (três) dias úteis**, após conferência da Comissão Especial do Leilão e contados da data da aprovação da prestação de contas, da qual será comunicada formalmente pelo(a) contratante.

5.45. Assumir integral responsabilidade por eventuais danos causados ao(à) contratante ou a terceiros, em razão da prestação dos serviços objeto deste termo.

5.46. Responsabilizar-se pela observância e cumprimento de todas as disposições legais pertinentes à prestação dos serviços, obrigando-se a reparar quaisquer danos decorrentes de erro, falha, omissão ou irregularidade.

5.47. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes da execução do contrato, bem como pelo pagamento de quaisquer preços públicos que se tenham por devidos.

5.48. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente.

5.49. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados ao(à) contratante ou a terceiros, por sua culpa ou de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados.

5.50. Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal nos depósitos e/ou nas unidades da Prefeitura Municipal de Caçador, cujo acesso ser-lhe-á franqueado para a execução do objeto, desde que devidamente identificados conforme estabelecido pelo(a) contratante, obrigando-se a afastar qualquer empregado cuja presença seja considerada, pelo(a) contratante, inconveniente ao interesse do serviço.

5.51. Orientar à sua equipe, quanto a utilização de equipamentos de proteção individual em cumprimento das regras e medidas de segurança em preservação a saúde, em especial em períodos de surtos e pandemias nos locais de realização dos eventos e de retiradas dos bens arrematados.

5.52. Informar os dados das pessoas de sua equipe.

5.53. Não fazer novação com valores provenientes do saldo dos leilões.

5.54. Não prometer nem efetuar qualquer fiança, endosso ou aval, por ocasião ou em face do leilão ora contratado,



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

tendo em vista absoluta nulidade de tal ato, se praticado e sujeitando-se às perdas e danos decorrentes.

5.55. Para os veículos considerados sucata, retirar as placas e recortar as partes do chassi que contêm o registro VIN, realizando o registro fotográfico e emitindo relatório para entrega ao Detran, com a finalidade de ser efetuada a baixa do registro dos mesmos e, conseqüentemente, viabilizar a comercialização de suas peças e agregados, se possível.

5.56. Cumprir fielmente as instruções recebidas.

5.57. Acusar o recebimento de tudo que lhe for confiado para alienação; e,

5.58. Efetuar o certame, em data a ser confirmada em comum acordo entre as partes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Os leiloeiros contratados deverão observar as disposições da Lei Federal n.º 14.133/21 e do Decreto n.º 21.981, de 19 de outubro de 1932, durante todo o processo de organização do leilão, e demais legislação pertinente, especialmente quanto às exigências de publicidade dos editais de leilão, sem prejuízo das obrigações descritas no presente Termo de Referência.

6.2. O leiloeiro deverá gerenciar o processo de visitação de bens a serem alienados, nos locais em que os mesmos se encontram, devendo dispor de pelo menos 01 (um) representante instituído, nos dias e horários indicados pelo edital de leilão.

6.3. Para organização do leilão, o leiloeiro deverá observar as disposições e orientações estabelecidas juntamente com o Setor de Patrimônio, os bens considerados servíveis, inservíveis e outros.

6.4. A Comissão Especial de Leilão poderá deliberar em conjunto com o(a) contratado(a), durante a execução do contrato, as seguintes condições:

- I. Providenciar o transporte dos bens, do local onde se encontram, até o respectivo depósito, onde permanecerá sob guarda e responsabilidade do(a) contratado(a) até sua liberação ou destinação, conforme o caso.
- II. Quando os bens forem recolhidos ao depósito, permanecerá sob responsabilidade e guarda do(a) contratado(a) até sua liberação ou destinação por parte do(a) contratante.
- III. Caso haja necessidade de recolhimento dos bens, o representante do(a) contratado(a) deverá estar apto a efetuar todos os procedimentos necessários a viabilizar a vistoria, o recolhimento ou remoção.
- IV. Os bens ficarão sob responsabilidade e guarda do(a) contratado(a) no respectivo depósito, que adotará as medidas necessárias para sua conservação no estado em que o recebeu, salvo a deterioração natural por ação do tempo.
- V. O(a) contratado(a) deverá dispor de dados, softwares ou qualquer outra forma de controle e/ou gerenciamento, com a finalidade de prestar informações ao(à) contratante dos bens removidos ao seu depósito, objetivando dar celeridade ao processo de leilão.
- VI. O(a) contratado(a) deverá receber os bens em seu depósito, desde que autorizadas pelo(a) contratante.
- VII. Na hipótese de alienação de bens alto valor agregado, o leiloeiro deverá contratar profissional especializado para proceder à elaboração do laudo de avaliação.

6.5. Quanto a veículos, o(a) contratado(a) deverá conferir o documento de recolhimento, especialmente acerca dos dados referentes ao estado do veículo (placa, chassi, renavam, estrutura, lataria, equipamentos e acessórios, conforme o caso), bem como a relação dos pertences deixados e/ou encontrados no interior dos veículos. Não havendo qualquer divergência a ser sanada, o(a) contratado(a) ficará responsável, a partir de então, pelo veículo e respectivos pertences, destacando que:

- I. Deverá ser realizada apurada vistoria no veículo, antes do recolhimento ao depósito, registrando-se qualquer avaria ou a existência de produtos ilícitos, ocasião em que deverá ser chamado o responsável pelo pátio para registro de ocorrência.
- II. As peças ou partes eventualmente danificadas e separadas dos bens deverão permanecer junto ao mesmo, no caso de veículo, preferencialmente em seu interior; e
- III. Os objetos encontrados no interior dos veículos deverão ser identificados e comunicados ao responsável pelo pátio, o qual manterá sua guarda.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

6.6. O documento gerado por ocasião da vistoria dos bens, retratando as condições e dados identificadores do ativo deverá compor cadastro que deve ser alimentado pelo(a) contratado(a) e disponibilizado sempre que solicitada pelo(a) contratante.

6.7. Para entrega do bem leiloado ao arrematante, o leiloeiro deverá efetuar nova vistoria.

6.8. Toda documentação gerada referente à saída do depósito deve alimentar o sistema de controle do depósito, sem prejuízo do arquivamento da documentação para fins de comprovação.

6.9. O leiloeiro somente poderá submeter os bens para entrega aos arrematantes mediante o pagamento integral dos valores devidos. Quando se tratar de veículos, deverá ainda o arrematante apresentar o documento comprobatório do pedido de entrada do pedido de transferência junto ao DETRAN no ato da retirada correndo por conta do arrematante todas as despesas para tal. O Leiloeiro deverá prestar todo o apoio necessário desde a baixa dos débitos junto aos órgãos de trânsito competentes ou cartórios, se for o caso, até transferência da propriedade do bem ao arrematante.

6.10. O(a) contratado(a) terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da realização do leilão, para apresentar Relatório de Venda dos bens.

6.11. No Relatório de Vendas deverão constar, no mínimo, descrição do bem, valor do arremate, CPF/CNPJ e nome completo do Arrematante-Comprador, quantidade de lotes arrematados e quantidade de lotes não arrematados.

7. OBRIGAÇÕES DO(A) CONTRATANTE

7.1. Serão de responsabilidade do(a) **contratante**:

- I. Disponibilizar relação dos lotes cuja alienação é autorizada, devidamente acompanhada da documentação que os declara inteiramente regulares, livres e desembaraçados de ônus, pendências judiciais ou extrajudiciais, com todas as informações necessárias para venda, tais como: descrição do bem, número de patrimônio, serviços/procedimentos necessários para regularização, débitos existentes, dentre outros.

7.2. Ressalvadas as disposições do tópico acima:

- I. Fixar o preço mínimo de arrematação, conforme a legislação vigente.
- II. Providenciar as publicações no DOM – Diário Oficial do Município e PNCP – Painel Nacional de Contratações Públicas, conforme artigo 174, §2º, inciso III, da Lei nº 14.133/21.
- III. Formalizar a venda dos lotes arrematados com os respectivos compradores.
- IV. Notificar, por escrito, o(a) contratado(a) da ocorrência de quaisquer irregularidades constatadas na execução dos serviços.
- V. Propiciar ao(à) contratado(a) condições para a plena execução do contrato.
- VI. Assegurar ao leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, o livre acesso aos lotes.
- VII. Fornecer ao leiloeiro os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências.
- VIII. Autorizar a Comissão Especial de Leilão para providenciar a avaliação e fixar o preço mínimo de arrematação ou quando necessário, poderá a Comissão Especial do Leilão solicitar a contratação de empresa especializada para tal atividade, que providenciará a avaliação, o levantamento dos lotes e os registros das respectivas informações necessárias para apresentar a indicação dos valores mínimos de arrematação dos lotes.
- IX. Informar ao(à) contratado(a) os dados dos servidores e/ou órgão(s) responsável(is) pela Fiscalização e Gestão do Contrato.
- X. Fiscalizar, através de Comissão Especial de Leilão designada para este fim, a exata execução do contrato, informando à Autoridade Competente eventuais irregularidades na sua execução, para a adoção das providências legalmente estabelecidas.
- XI. Oferecer instalações adequadas para realização do evento, quando da realização do Leilão Presencial, de fácil localização, em ambiente agradável, com condições de conforto aos interessados, quando este



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

não for realizado pela internet.

- XII. Disponibilizar local adequado para acomodação dos interessados, devendo ser dotado de sanitários, área coberta e cadeiras, não se responsabilizando por demais equipamentos e materiais necessários como computadores, data show (projetor de imagens ou equipamento similar), canetas e mesas para apoio da equipe do(a) contratante que realizará o leilão.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

8.1. Decorrido o prazo recursal ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, a relação numerada dos Leiloeiros Oficiais credenciados, respeitando a ordem de classificação por sorteio, será homologada pela Autoridade Competente e publicada no DOM – Diário Oficial do Município e PNCP – Painel Nacional de Contratações Públicas.

9. DAS VIGÊNCIAS

9.1. O presente credenciamento terá vigência de **60 (sessenta) meses**, a contar da data da publicação do Leiloeiro Oficial credenciado.

9.2. O contrato a ser celebrado será válido para **01 (um) certame para cada leiloeiro** na forma de rodízio na ordem de classificação estabelecida em sorteio. A cada convocação de leiloeiro será lavrado novo contrato da mesma forma e o prazo para realização dos leilões serão de até **90 (noventa) dias** a partir da contratação.

10. DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

10.1. Concluído e homologado o credenciamento, os Leiloeiros Oficiais credenciados, obedecida a ordem de classificação, de acordo com a oportunidade e conveniência da Prefeitura Municipal de Caçador, serão convocados para celebrar o **Contrato de Prestação de Serviços**.

10.2. O Leiloeiro Oficial credenciado convocado deverá comparecer para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da comunicação para tal, através de e-mail, correio eletrônico ou notificação pessoal.

10.3. Quando o Leiloeiro Oficial credenciado convocado para celebrar o Contrato de Prestação de Serviços não comparecer, será convocado o leiloeiro credenciado seguinte constante da lista resultante deste procedimento.

10.4. A não assinatura do contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento e o chamamento de outro Leiloeiro Oficial credenciado, obedecida a ordem estabelecida no sorteio, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, previstas neste instrumento e seus anexos, e na legislação que disciplina a matéria.

11. DA FORMA DO PAGAMENTO

11.1. O leiloeiro credenciado receberá o percentual de **5% (cinco por cento)** sobre o valor de venda de cada bem móvel inservível arrematado, independentemente da natureza dos bens arrematados, e **3% (três por cento)** sobre bens imóveis de qualquer natureza nos termos do parágrafo único do artigo 24 do Decreto n.º 21.981 de 19/10/1932.

11.2. Tratando-se de bens móveis inservíveis, os lotes arrematados deverão ser pagos pelo arrematante, à vista, e, excepcionalmente a critério da administração nos casos que forem alienados bens imóveis as condições de pagamento serão estabelecidas no próprio Edital do leilão, e para concluir a arrematação, observadas, todavia, as seguintes condições:

- I. O pagamento deverá ser realizado total sempre que tratar-se de bens móveis inservíveis ou da parcela estipulada quando de bens imóveis logo após o certame, ou no máximo 48 (quarenta e oito) horas, do encerramento dos lances, mediante depósito bancário ou outro meio eletrônico que demonstre o repasse do valor, em moeda corrente, para a conta indicada pelo leiloeiro na guia de recolhimento expedida assim que encerrado o certame.
- II. A guia de recolhimento fornecida pelo leiloeiro deverá discriminar todos os valores a serem quitados pelo



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

arrematante e, caso deixe de informar qualquer uma das obrigações monetárias, assume total responsabilidade por sua quitação.

- III. O pagamento dos valores referente ao total do lance ofertado pelos bens móveis inservíveis somado com a comissão devida ao Leiloeiro deverá ser feito diretamente pelo arrematante ao leiloeiro, em parcela única que, após a conclusão do processo, prestará contas à Prefeitura Municipal de Caçador na forma a ser estabelecida neste termo e no respectivo contrato.
- IV. O pagamento dos valores referente ao percentual mínimo, a título de entrada, do lance ofertado, nos casos previstos no edital do leilão, quando de bens imóveis, somado a comissão total do lance, devida ao Leiloeiro deverá ser feito diretamente pelo arrematante ao leiloeiro, ao fim do certame, que, após a conclusão do processo, prestará contas à Prefeitura Municipal de Caçador na forma a ser estabelecida neste termo e no respectivo contrato.
- V. O saldo devido pelo arrematante nos casos previstos no item acima, as condições de pagamento entre outras serão estipulados em contrato a ser formalizado entre Município e o Arrematante para bens imóveis.

11.3. É vedada a venda a crédito ou a prazo de bens móveis inservíveis.

11.4. Não cabe à Prefeitura Municipal de Caçador qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro Oficial para recebê-la.

11.5. Caso não se concretize a venda, que se perfaz com a expedição do Certificado do Registro do Veículo - CRV em nome do arrematante, por erro nas publicações legais, caso o certame seja suspenso por determinação judicial ou por qualquer outro fato impeditivo posterior a ele, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro Oficial, sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte da Prefeitura Municipal de Caçador ao leiloeiro.

11.6. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

11.7. Correrá por conta do arrematante:

- I. Toda e qualquer despesa necessária para a retirada do bem arrematado (mão-de-obra, EPI's, desmontagem, transporte, etc), que deverá ser retirado na sua totalidade, não sendo reservado ao arrematante o direito à realização de forma parcial com eventual abandono do restante, sob pena de, sem prejuízo de outras medidas, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da arrematação.
- II. Pagamento de tributo, imposto ou taxa, de qualquer natureza, incidente sobre o valor do bem arrematado, especialmente ICMS e outros.
- III. Custos que se fizerem necessários para regularização junto ao DETRAN dos veículos considerados recuperáveis/documentados, incluindo reparos necessários à vistoria, Transferência de Propriedade, Licenciamento, Remarcação de Chassi, IPVA e Seguro Obrigatório proporcional a data da realização do leilão e lacração da placa e outros assemelhados.

12. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. O(a) contratado(a) se obriga, em até **15 (quinze) dias corridos**, contados da realização do leilão, a efetuar e encaminhar a prestação de contas de venda dos bens.

13. DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

13.1. A presente contratação não decorrerá vínculo empregatício de qualquer natureza entre a Prefeitura Municipal de Caçador e os empregados, prepostos e terceirizados, pertencentes aos quadros do leiloeiro.

14. DO CONTROLE DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Setor de Patrimônio e fiscalizada pela Comissão Especial de Leilão, os quais deverão ser especialmente designados mediante portarias internas, conforme



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

requisitos estabelecidos no artigo 7º da Lei n.º 14.133/2021 ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

14.2. O Setor de Patrimônio, atuará de forma a fazer a gestão administrativa do contrato, bem como, no uso de suas atribuições, solicitará decisão da Secretaria Administração no tocante a prorrogação de prazos e/ou alterações dos contratos sempre que houver necessidade justificada.

14.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados;

14.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

14.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

14.6. O(a) contratado(a) será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

14.7. O(a) contratado(a) será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo(a) contratante.

15. DOS IMPEDIMENTOS

15.1. É vedada a contratação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros e servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento deste(a) contratante, bem como a prestação de serviço por empregado de licitante fornecedora de mão-de-obra que se enquadre na situação citada acima.

16. DA ANTICORRUPÇÃO

16.1. Para execução do presente instrumento, a contratante e o(a) contratado(a) deverão observar o disposto na Lei n.º 12.846/2013.

16.2. Fica vedado as partes signatárias deste instrumento oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

- I. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- II. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.
- III. O(a) Contratado(a) declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo(a) contratante.

- IV. O(a) Contratado(a) fica obrigada a comunicar ao(à) Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no artigo 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o(a) contratado(a) que:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato.
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- III. Der causa à inexecução total do contrato.
- IV. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- V. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- VI. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- VII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- VIII. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Serão aplicadas ao(à) contratado(a) que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o(a) contratado(a) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- IV. **Multa**, de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% do valor total contratado.

18.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao(à) contratante (artigo 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo(a) contratante ao(à) contratado(a), além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao(a) contratado(a), observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.6. Na aplicação das sanções serão considerados (artigo 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

- II. As peculiaridades do caso concreto.
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- IV. Os danos que dela provierem para o(a) contratante.
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida lei (artigo 159).

18.8. A personalidade jurídica do(a) contratado(a) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o(a) contratado(a), observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.9. O(a) contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei n.º 14.133/21.

18.11. Os débitos do(a) contratado(a) para com a Administração(a) contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o(a) contratado(a) possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Deverão ser observados as demais leis, decretos, normas e regulamentos pertinentes às contratações públicas, no que não conflitarem com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. Se houver divergência entre o objeto especificado deste Termo de Referência e a proposta da empresa vencedora, prevalecerá as especificações contidas neste Instrumento.

19.3. A despesa decorrente da contratação correrá por conta da dotação orçamentária a ser informada pela Diretoria de Finanças.

19.4. As empresas deverão possuir ou providenciar o cadastro de credor junto à Secretaria de Fazenda do Estado de Santa Catarina – SEFAZ/SC, para emissão de nota de empenho.

20. DOS ANEXOS E APÊNDICES

20.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

	Termo de Referência
	<i>Apêndice "A" – Estudo Técnico Preliminar</i>
	Anexo I – Requerimento de Credenciamento
	Anexo II – Declaração Unificada
	Anexo III – Instrumento de Credenciamento
Anexo IV – Minuta de Termo Contratual	



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

Ao(à) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.

Eu, _____, (qualificação), **Leiloeiro Oficial** na forma do Decreto n.º 21.981, de 1932 e da Instrução Normativa DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 74/2022 e pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 88/2022, com registro ativo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) sob o n.º _____, portador(a) do RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, endereço profissional na _____ (endereço completo), solicito deferimento ao credenciamento junto a Prefeitura Municipal de Caçador, com objetivo de participar dos leilões públicos nos termos previstos pelo Edital de Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, sob o **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 000/2024** e **CREDENCIAMENTO N.º 000/0000**, publicado pelo órgão.

Por oportuno, declaro ter prévia ciência e compreensão, em tempo hábil e suficiente, do objeto, das cláusulas e dos requisitos constantes do Edital acima identificado, havendo anuência integral às condições nele estabelecidas.

Por ser verdade, firmo a presente manifestação de vontade.

Caçador – Santa Catarina, XX de XXXX de XXXX.

Pessoa Física

Nome da Pessoa: _____

CPF da Pessoa: _____

Assinatura da Pessoa

Pessoa Jurídica

Nome do Representante: _____

CPF do Representante: _____

Assinatura do Representante

Carimbo do CNPJ

Atenção

- A Pessoa Jurídica deverá apresentar este documento em papel timbrado.
- Os termos faltantes deverão ser preenchidos pelo(a) responsável, conforme a sua realidade.



ANEXO II

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao(à) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio.

Eu, _____, (qualificação), **Leiloeiro Oficial** na forma do Decreto n.º 21.981, de 1932 e da Instrução Normativa DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 74/2022 e pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 88/2022, com registro ativo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) sob o n.º _____, portador(a) do RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, endereço profissional na _____ (endereço completo), considerando a sua seleção para atuar nos leilões judiciais promovidos pelos juízos, doravante designado LEILOEIRO, na forma do que preceitua o Decreto n.º 21.981, de 1932 e da Instrução Normativa DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 74/2022 e pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 88/2022, e a Lei n.º 14.133/2021, para fins de participação no processo de credenciamento de leiloeiros nos termos previstos pelo Edital de Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, sob o **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 000/2024** e **CRENCIAMENTO N.º 000/0000**, publicado pelo órgão, **declara expressamente:**

- A. Ter prévia ciência e compreensão, em tempo hábil e suficiente, do objeto, das cláusulas e dos requisitos constantes do Edital acima identificado, havendo anuência integral às condições nele estabelecidas. Que se sujeita às condições estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo órgão licitante quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.
- B. Que inexistem fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente, para todos os fins de direito.
- C. Que não é servidor (ocupante de cargo efetivo, cargo ou função em comissão).
- D. Que não tem parentesco até o segundo grau com o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os Secretários Municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por patrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.
- E. Que não recebeu do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito Federal, Estadual e Municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.
- F. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, para fins do disposto no inciso VI do artigo n.º 68 da Lei Federal n.º 14.133/21.
- G. Que **emprega menor | OU | não emprega menor**, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.
- H. Que tem condições de oferecer, no mínimo, a seguinte infraestrutura:
 1. Infraestrutura com sistema audiovisual e aparelhagem de som.
 2. Site próprio que possibilite não só a divulgação, como a realização de leilão pela internet, inclusive com lances on-line, bem como possibilite a venda direta e permita a visualização de fotos dos bens ofertados e permita lance de valor superior ao do último lance ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote.
 3. Mecanismo que permita a realização do leilão, com recepção e estímulo de lances em tempo "real", via internet, e interatividade entre os lances verbais e os lances efetuados eletronicamente.
 4. Projeção em tela da descrição do lote e dos respectivos lances recebidos, ou ainda, os ofertados via Internet.
 5. Possibilidade de recebimento e a inserção na internet dos lances prévios remetidos via fax, e-mail ou entregues pessoalmente, informando o nome empresarial/nome, endereço, CNPJ/CPF, RG, telefone.
 6. Mecanismo que somente permita a apresentação de lance de valor superior ao do último lance



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ofertado, observado o incremento mínimo fixado para o item/lote.

7. Possibilidade que a cada lance ofertado, via internet ou verbalmente, seja o participante imediatamente informado de seu recebimento segundo condições que lançou.
8. Sistema de logística para armazenamento e guarda dos produtos, funcionários para a organização do depósito, e também no acompanhamento dos clientes em visitação nos dias em que antecedem os leilões. Do mesmo modo, a existência de área coberta para proteção dos bens para que não se depreciem com ação nociva das intempéries atmosféricas, cujos cuidados, valorizam os bens na hora da venda em leilão.

Caçador – Santa Catarina, XX de XXXX de XXXX.

Pessoa Física Nome da Pessoa: _____ CPF da Pessoa: _____	Assinatura da Pessoa
Pessoa Jurídica Nome do Representante: _____ CPF do Representante: _____ Assinatura do Representante	Carimbo do CNPJ
Atenção	<ul style="list-style-type: none">• A Pessoa Jurídica deverá apresentar este documento em papel timbrado.• Os termos faltantes deverão ser preenchidos pelo(a) responsável, conforme a sua realidade.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ANEXO III

INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Caçador declara, por este ato, que o(a) Senhor(a) _____, leiloeiro oficial com registro ativo na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), sob o n.º _____, portador(a) do RG n.º _____ e do CPF/MF n.º _____, e endereço profissional na _____ (endereço completo), encontra-se, na presente data, credenciado(a) junto a este órgão como **LEILOEIRO OFICIAL**, conforme preceitua o Decreto n.º 21.981, de 1932, a Instrução Normativa DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 74/2022 e pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 88/2022, e a Lei n.º 14.133/2021.

Declara também, nos termos do Edital de Credenciamento de Leiloeiros Oficiais, sob o **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 000/2024** e **CREDENCIAMENTO N.º 000/0000**, publicado pelo órgão, que o leiloeiro acima identificado compõe rol dos leiloeiros habilitados para atuação nos leilões perante o Setor de Patrimônio por meio da Comissão Especial de Leilão designada em que essa unidade detém atribuição regimental.

Caçador – Santa Catarina, XX de XXXX de XXXX.

Secretário(a) de Administração

Nome da Pessoa: _____

CPF da Pessoa: _____

Assinatura da Pessoa

Leiloeiro Oficial

Nome da Pessoa: _____

CPF da Pessoa: _____

Assinatura da Pessoa



ANEXO IV

MINUTA DE TERMO CONTRATUAL

O **MUNICÍPIO DE CAÇADOR**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão representativo, a Prefeitura Municipal de Caçador, com sede na Avenida Santa Catarina, n.º 195, Caçador, SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ALENCAR MENDES**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob n.º 771.673.849-68, residente e domiciliado na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina firma o presente **TERMO DE CREDENCIAMENTO** junto a(ao) _____, portador(a) do RG n.º _____ e CPF n.º _____, abaixo assinado(a), na qualidade de leiloeiro oficial, matriculado(a) na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC) sob o n.º _____, residente e domiciliado na cidade em _____, Estado de _____, designado(a) em obediência ao que determina o artigo 42, do Decreto Federal n.º 21.981, de 17 de outubro de 1932, que regulamenta a profissão de Leiloeiro e suas modificações, as cláusulas e condições definidas no **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 000/0000, CREDENCIAMENTO N.º 000/0000**, na Lei Federal n.º 14.133/2021 e nas demais normativas pertinentes, pactuam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste, o **CREDENCIAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILOEIROS OFICIAIS À REALIZAÇÃO DE LEILÕES NA MODALIDADE PRESENCIAL, ONLINE OU VIRTUAL E PRESENCIAL SIMULTANEAMENTE**, destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis e de bens imóveis todos de propriedade das Secretarias, Fundos e Autarquias relacionadas à Prefeitura Municipal de Caçador, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO

2.1. Declarou-se a licitação inexigível, consoante o artigo 74, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão executados pelo(a) contratado(a), conforme a solicitação da Prefeitura Municipal de Caçador para os leilões que o correrem dentro do prazo de validade do credenciamento e nos preceitos elencados neste contrato, e com o edital de chamamento público que, com seus anexos, integram este termo, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais.

Parágrafo Único. Os serviços decorrentes deste contrato deverão ser prestados em local previamente acordado entre a Prefeitura Municipal de Caçador e o Leiloeiro Oficial.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO(A) CONTRATANTE

4.1. São obrigações e responsabilidades do(a) **contratante**:

- I. Disponibilizar relação dos lotes cuja alienação é autorizada, devidamente acompanhada da documentação que os declara inteiramente regulares, livres e desembaraçados de ônus, pendências judiciais ou extrajudiciais, com todas as informações necessárias para venda, tais como: descrição do bem, número de patrimônio, serviços/procedimentos necessários para regularização, débitos existentes, dentre outros.
- II. Fixar o preço mínimo de arrematação, conforme a legislação vigente.
- III. Providenciar as publicações no DOM – Diário Oficial do Município e no PNCP – Painel Nacional de Contratações Públicas de que trata o artigo 174, § 2º, inciso III, da Lei n.º 14.133/21.
- IV. Formalizar a venda dos lotes arrematados com os respectivos compradores.
- V. Notificar, por escrito, ao(à) contratado(a) da ocorrência de quaisquer irregularidades constatadas na



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

- execução dos serviços.
- VI. Propiciar ao(à) contratado(a) condições para a plena execução deste contrato.
 - VII. Assegurar ao leiloeiro(a) contratado(a) e seus empregados, quando devidamente identificados, o livre acesso aos lotes.
 - VIII. Fornecer ao leiloeiro(a) contratado(a) os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de desembaraços, ônus e pendências.
 - IX. Autorizar a Comissão Especial de Leilão para providenciar a avaliação e fixar o preço mínimo de arrematação ou quando necessário, poderá a Comissão Especial do Leilão, solicitar a contratação de empresa especializada para tal atividade, que providenciará a avaliação, o levantamento dos lotes e os registros das respectivas informações necessárias para apresentar a indicação dos valores mínimos de arrematação dos lotes.
 - X. Informar ao(à) contratado(a) os dados dos servidores e/ou órgão responsáveis pela Fiscalização e Gestão do Contrato.
 - XI. Fiscalizar, através de Comissão Especial de Leilão designada para este fim, a exata execução do contrato, informando à Autoridade Competente eventuais irregularidades na sua execução, para a adoção das providências legalmente estabelecidas.
 - XII. Oferecer instalações adequadas para realização do evento, para interessados em participar do Leilão de Forma Presencial, devendo neste caso possuir cadastro prévio para execução de seus lances individuais, de fácil localização, em ambiente agradável, com condições de conforto aos interessados, quando este não for realizado pela internet.
 - XIII. Disponibilizar local adequado para acomodação dos interessados, devendo ser dotado de sanitários, área coberta e cadeiras, não se responsabilizando por demais equipamentos e materiais necessários como computadores, data show (projektor de imagens ou equipamento similar), canetas e mesas para apoio da equipe do(a) contratante que realizará o Leilão.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO(A) CONTRATADO(A)

5.1. Além das disposições legais que estão submetidos e das condições inerentes à execução de seus serviços, constituem obrigações e responsabilidades do **Leiloeiro(a) contratado(a)** o seguinte:

- I. Realizar pessoalmente e privativamente o apregoamento dos lotes, conforme as disposições da Instrução Normativa DREI/ME n.º 52/2022, com as alterações dadas pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 74/2022 e pela Instrução Normativa DREI/ME n.º 88/2022, todas do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, bem como das demais normas pertinentes.
- II. Manter, durante a vigência do cadastramento, todas as condições exigidas, inclusive quanto à validade de cada documento e informações para contatos através de endereço físico, e-mail e telefones.
- III. Analisar e orientar quanto a minuta do Edital elaborada pela Comissão Especial de Leilão, que conterà:
 - a. Descrição do bem e seu respectivo valor mínimo para arrematação.
 - b. Procedimentos e/ou serviços necessários a regularização do bem.
 - c. O lugar onde estarão os objetos divididos em lotes para visitação.
 - d. O local, dia e hora de realização do leilão.
- IV. A comunicação de que a alienação (venda) será realizada a quem oferecer o maior lance e se o bem não alcançar lance superior à importância da avaliação, o lote deverá ser incluído no certame local seguinte.
- V. Elaborar e apresentar o material com publicidade físico e digital do Leilão (folheto, cartilha, livreto, divulgação em sites próprios e/ou de terceiros etc.) para aprovação pela Comissão Especial do Leilão, inclusive catálogo oficial, com as condições de venda, a forma de pagamento e da entrega dos objetos que vão ser alienados, o estado e a qualidade destes, pormenorizando todos os lotes, bem como, dar publicidade ao evento através da INTERNET.
- VI. Anunciar o leilão, ressalvadas a hipótese prevista em legislação especial, pelo menos 03 (três) vezes em jornal de grande circulação, devendo a última discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

- leiloados, enunciar os gravames e eventuais ônus que recaiam sobre eles, e informar o horário e local para visitação e exame.
- VII. Fazer constar na divulgação do evento na INTERNET e no material impresso: a descrição dos lotes indicados pelo(a) contratante, informações sobre o certame, telefones e endereço eletrônico (e-mail) para contatos e esclarecimentos adicionais.
 - VIII. Dirimir dúvida acerca da identificação e característica de cada lote indicado para oleilão, por meio de seu site na internet, assim como a descrição pormenorizada dos itens que possivelmente devem ser regularizados pelo arrematante, conforme informado pelo(a) contratante.
 - IX. Destinar e preparar o local para o certame, dotando-o de todos os equipamentos necessários para realização do evento.
 - X. Conduzir o certame e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas.
 - XI. Atender os interessados pessoalmente, por telefone ou e-mail, em seu escritório.
 - XII. Fornecer aos arrematantes vencedores os Autos de Arrematação e os recibos das comissões pagas.
 - XIII. Pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes do contrato, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade do(a) contratante.
 - XIV. Submeter ao(à) contratante, quando for o caso, os recursos apresentados sobre a decisão do Leilão.
 - XV. Apresentar, ao(à) contratante, a Ata de realização do leilão até 07 (sete) dias após a realização da sessão pública do certame, contendo, dentre outras as seguintes informações:
 - a. nome completo/firma, CPF/CNPJ e documento de identificação do arrematante vencedor, bem como a credencial que identifica o seu suplente.
 - b. endereço e telefone do arrematante vencedor.
 - c. valor do preço mínimo.
 - d. valor do lance vencedor ofertado e os 03 (três) últimos valores imediatamente anteriores ao lance vencedor, devidamente assinalados pelos respectivos suplentes assim declarados e reconhecidos para fins legais, podendo a vir assumir por ordem do maior lance para o menor a posição dos vencedores dos lotes não efetivarem pagamento. A Comissão Especial de Leilão, poderá realizar a venda do lote não pago pelo 1º colocado pelo mesmo valor do lance vencedor aos suplentes cadastrados, não havendo interesse dos suplentes consultados, a Comissão poderá realizar a venda pelo mesmo valor do último lance do suplente consultado.
 - XVI. Apresentar, ao(à) contratante, relatório contendo descrição e esclarecimentos detalhados sobre o trabalho realizado para oferecimento dos lotes, indicando, inclusive, nomes, endereços e outros dados relevantes das pessoas contatadas, informando, ainda, quais foram os motivos que dificultaram a arrematação dos lotes ou a não ocorrência de lance para determinado bem, se porventura existirem;
 - XVII. Juntamente com a Ata, apresentar à Prefeitura Municipal de Caçador cópia dos Autos de Arrematação e dos recibos das comissões pagas pelos arrematantes vencedores.
 - XVIII. Informar à Prefeitura Municipal de Caçador qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, mesmo que estes não sejam de sua competência.
 - XIX. Responder, perante o(a) contratante, pela perda ou extravio de fundos em dinheiro, existentes em seu poder, ainda que o dano provenha de caso fortuito ou de força maior.
 - XX. Caso o(a) contratante decida anular ou revogar a licitação no todo ou em parte.
 - a. Devolver a comissão paga pelo(s) arrematante(s) no prazo de 02 (dois) dias úteis da comunicação do fato.
 - XXI. Não utilizar o nome do(a) contratante ou sua qualidade de contratado(a), em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico.
 - XXII. Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para realização do certame, e responsabilizar-se, perante o(a) contratante, pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

informações, ou pelo seu uso indevido.

- XXIII. Na fase preparatória do leilão, deverá o(a) contratado(a) apresentar proposta da avaliação, organização, arrumação, montagem e manuseio dos lotes, registros fotográficos para uso em materiais de divulgações dos lotes e submeter à apreciação da Comissão Especial de Leilão da Prefeitura Municipal de Caçador por meio das suas equipes de trabalhos disponibilizadas de forma presencial na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, sob a responsabilidade do Leiloeiro(a) contratado(a).
- XXIV. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na legislação.
- XXV. Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.
- XXVI. Avaliar e admitir, antecipadamente, o Edital com as regras concernentes à regular execução de cada evento, manifestando-se quanto aos aspectos que discordar.
- XXVII. Remeter, a possíveis interessados, cópia do Edital de cada certame por meio físico ou digital.
- XXVIII. Utilizar sistemas de telemarketing e áudio visual para divulgação, panfletar, anunciar em jornal de grande circulação e apresentar através da internet.
- XXIX. O leiloeiro(a) contratado(a) e respectiva equipe deverá ficar à disposição no dia da realização do leilão para o bom desempenho das funções típicas do evento. O(a) contratado(a) deverá, de forma antecipada a data do leilão, disponibilizar seus contatos atualizados à Comissão Especial de Leilão para contatos.
- XXX. Instalar telão com dimensões adequadas para divulgação dos lotes e, execução simultânea de certame on-line e/ou presencial, quando necessário.
- XXXI. Providenciar os meios necessários para garantir a segurança dos lotes a serem vendidos, dos interessados e demais pessoas envolvidas no evento nos dias a serem efetivados os leilões.
- XXXII. Instalar equipamentos e sistema de informática para impressão de notas e controles administrativos.
- XXXIII. Proceder registro através de áudio e vídeo do evento como forma de segurança e transparência e disponibilização do material ao(à) contratante.
- XXXIV. Disponibilizar cadeiras em quantidade suficiente para os atendimentos, quando realizado presencialmente.
- XXXV. Conduzir o certame público com dinamismo, dentro dos princípios da impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.
- XXXVI. Utilizar-se de seus equipamentos para as preleções de áudio durante a realização do evento.
- XXXVII. Manter plataforma on-line para realização de leilão eletrônico, que permita a segurança, controle e transparência adequada, que permita cadastros dos dados e documentos pessoais dos clientes/arrematantes mediante login e senha de acessos individualizados, credenciamento para participação, anúncios e divulgação do leilão, controle de lances, controles administrativos e financeiros inerentes a realização do leilão on-line.
- XXXVIII. Em caso de leilões presenciais, a plataforma on-line citada no item anterior, deverá permitir cadastro dos clientes/arrematantes por meio digital, bem como, realizar as demais condições, exceto a disponibilidade de lances digitais e realização do leilão eletrônico, de forma a facilitar a realização do leilão presencial.
- XXXIX. Dispor de sistema informatizado, que permita o cadastro dos clientes/arrematantes, impressão de notas de venda e emissão eletrônica dos autos de arrematação, na hipótese de leilão eletrônico.
- XL. Fornecer aos clientes/arrematantes, arrematação (duas vias) contendo:
 - a. Discriminação do lote e seu correspondente número de identificação.
 - b. O valor da arrematação e os encargos financeiros.
 - c. O nome do arrematante, RG e seu CPF.
 - d. Dados para o depósito bancário, guias de pagamentos/recolhimentos ou código de barras, direcionando o pagamento dos valores devidos pelos arrematantes.
- XLI. Evitar esforços no sentido de efetuar a venda de todos os lotes.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

- XLII. Adotar as providências necessárias para o recebimento dos valores referentes aos lotes alienados.
- XLIII. Informar, logo após a conclusão dos trabalhos, os lotes arrematados com os respectivos valores de alienação.
- XLIV. Prestar contas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de realização do certame, mediante a apresentação de relatório detalhado, dos lotes, dos arrematantes, dos valores, e de todos os procedimentos executados à Comissão Especial do Leilão.
- XLV. Efetuar recolhimento do montante financeiro dos valores arrematados inerente ao Órgão(a) contratante, por meio do pagamento do Documento de Arrecadação Municipal – DAM/SEFAZ emitido pelo(a) contratante, referente a receita com alienação para crédito em conta bancária específica, no prazo de 03 (três) dias úteis, após conferência da Comissão Especial do Leilão e contados da data da aprovação da Prestação de Contas, da qual será comunicada formalmente pelo(a) contratante.
- XLVI. Assumir integral responsabilidade por eventuais danos causados o(a) contratante ou terceiros, em razão da prestação dos serviços objeto deste instrumento;
- XLVII. Responsabilizar-se pela observância e cumprimento de todas as disposições legais pertinentes à prestação dos serviços, obrigando-se a reparar quaisquer danos decorrentes de erro, falha, omissão ou irregularidade.
- XLVIII. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes da execução do contrato, bem como pelo pagamento de quaisquer preços públicos que se tenham por devidos, bem como respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente.
- XLIX. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados ao(à) contratante ou a terceiros, por sua culpa ou de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços contratados.
 - L. Responsabilizar-se pelo bom comportamento do seu pessoal nos depósitos e/ou nas unidades da Prefeitura Municipal de Caçador, cujo acesso ser-lhe-á franqueado para a execução do objeto, desde que devidamente identificados conforme estabelecido pelo(a) contratante, obrigando-se a afastar qualquer empregado cuja presença seja considerada, pelo(a) contratante, inconveniente ao interesse do serviço.
 - LI. Orientar à sua equipe, quanto a utilização de equipamentos de proteção individual em cumprimento das regras e medidas de segurança em preservação a saúde, em especial em períodos de surtos e pandemias nos locais de realização dos eventos e de retiradas dos bens arrematados, bem como informar os dados das pessoas de sua equipe.
 - LII. Não fazer novação com valores provenientes do saldo dos leilões, bem como não prometer nem efetuar qualquer fiança, endosso ou aval, por ocasião ou em face do Leilão ora contratado, tendo em vista absoluta nulidade de tal ato, se praticado e sujeitando-se às perdas e danos decorrentes.
 - LIII. Para os veículos considerados sucata, retirar as placas e recortar as partes do chassi que contêm o registro VIN, realizando o registro fotográfico e emitindo relatório para entrega ao Detran, com a finalidade de ser efetuada a baixa do registro dos mesmos e, conseqüentemente, viabilizar a comercialização de suas peças e agregados, se possível.
 - LIV. Cumprir fielmente as instruções recebidas, bem como acusar o recebimento de tudo que lhe for confiado para alienação.
 - LV. Efetuar o certame, em data a ser confirmada em comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Pela prestação dos serviços o Leiloeiro(a) contratado(a) receberá o percentual previsto no art. 24 do decreto federal 21.981/192 conforme abaixo:

6.1.1 5% (cinco por cento) a título de comissão de acordo com a legislação específica sobre o valor da venda de cada bem arrematado quando se tratar de bens móveis inservíveis.

6.1.1 3% (cinco por cento) a título de comissão de acordo com a legislação específica sobre o valor da venda de cada bem imóvel arrematado. Os valores a serem pagos serão cobrados dos arrematantes e pagos ao Leiloeiro(a) contratado(a) além dos valores devidos pelos lances vencedores.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

6.2. Os lotes arrematados deverão ser pagos pelo arrematante, em moeda corrente, no ato da arrematação, observadas, todavia, as seguintes condições:

a) Quando tratar-se de bem móvel inservível o pagamento deverá ser feito diretamente pelo arrematante ao Leiloeiro(a) contratado(a), que, após a conclusão do processo, prestará contas à Prefeitura Municipal de Caçador na forma a ser estabelecida neste contrato.

b) Quando tratar-se de bem imóvel o pagamento do percentual mínimo, a título de entrada, estipuladas no edital do leilão deverá ser feito diretamente pelo arrematante ao Leiloeiro(a) contratado(a), que, após a conclusão do processo, prestará contas à Prefeitura Municipal de Caçador na forma a ser estabelecida neste contrato.

b.1) Excepcionalmente, nos casos previsto no item acima existindo saldo a pagar, tratando-se de leilão de imóveis, as condições de parcelamento do valor remanescente serão estipuladas em contrato entre Município e Arrematante.

6.3. As despesas com a realização dos trabalhos mencionados neste termo correrão única e exclusivamente por conta do Leiloeiro(a) contratado(a).

6.4. Não cabe à Prefeitura Municipal de Caçador qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo Leiloeiro(a) contratado(a) para recebê-la.

6.5. Caso não ocorra a efetivação da finalização da venda por erro nas publicações legais, ou ainda, no caso do certame ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro(a) contratado(a), sem que isso enseje reembolso de qualquer espécie por parte da Prefeitura Municipal de Caçador.

6.6. Em qualquer hipótese, caso a arrematação não se efetive com a entrega do bem ao arrematante, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo Leiloeiro(a) contratado(a).

6.7. O Leiloeiro(a) contratado(a) será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

6.8. Correrá por conta do arrematante toda e qualquer despesa necessária para a retirada do bem arrematado (mão-de-obra, EPI's, desmontagem, transporte, etc), que deverá ser retirado na sua totalidade, não sendo reservado ao arrematante o direito à realização de forma parcial com eventual abandono do restante, sob pena de, sem prejuízo de outras medidas, multa de 20% sobre o valor arrematação. Também, o pagamento de débitos, tributos ou taxas, de qualquer natureza, incidente sobre o valor do bem arrematado, especialmente ICMS, se couber. E, ainda, os custos que se fizerem necessários para regularização junto ao DETRAN dos veículos considerados recuperáveis/documentados, incluindo reparos necessários à vistoria, Seguro Obrigatório, Transferência de Propriedade, Licenciamento, Remarcação de Chassi, IPVA proporcional a data da realização do leilão e Multa da Polícia Rodoviária Federal se houver, além de outros débitos, desde que tais procedimentos estejam explícitos no edital do leilão.

6.9. Em nenhuma hipótese, será o(a) contratante responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos que o(o) contratado(a) tiver de despender para recebê-la.

6.10. É vedada a venda a crédito ou a prazo de bens móveis inservíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato será válido para 01 (um) certame para o Leiloeiro(a) contratado(a), sendo o prazo para realização do leilão dele decorrente de até 90 (noventa) dias a partir da contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato.
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

- III. Der causa à inexecução total do contrato.
- IV. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- V. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- VI. Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- VII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- VIII. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- IV. **Multa**, de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% do valor total contratado.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (artigo 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (artigo 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (artigo 157, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.6. Na aplicação das sanções serão considerados (artigo 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021):

- VI. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- VII. As peculiaridades do caso concreto.
- VIII. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- IX. Os danos que dela provierem para o Contratante.
- X. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (artigo 159).

8.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (artigo 160, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Artigo 161, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei n.º 14.133/21.

8.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A inexecução total ou parcial deste contrato por parte do(a) contratado(a) assegurará ao(à) contratante o direito de rescisão nos termos do artigo 137 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, bem como nos casos citados nos artigos 138 e 139 do mesmo diploma legal, sempre mediante notificação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.2. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos.
- III. Indenizações e multas.

9.3. Nas hipóteses de rescisão administrativa ou amigável, esta será precedida de ato escrito e fundamentado da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto do presente contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. O(a) contratado(a) se obriga, em até 15 (quinze) dias contados da realização do Leilão a efetuar e encaminhar a prestação de contas de venda dos bens.

11.2. Previamente a prestação de contas, o Leiloeiro(a) contratado(a) deverá apresentar ao(à) contratante, em até 07 (sete) dias, a Ata do certame após a sua realização, contendo, dentre outras as seguintes informações:

- I. Nome completo/firma, CPF/CNPJ e documento de identificação do arrematante vencedor, bem como a credencial que identifica o seu suplente.
- II. Endereço e telefone do arrematante vencedor.
- III. Valor do preço mínimo.
- IV. Valor do lance vencedor ofertado e o valor imediatamente anterior, assinalado pelo suplente.
- V. Cópia dos Autos de Arrematação.
- VI. Nota fiscal relativa ao serviço prestado.
- VII. Termo de Declaração de Leilão Deserto se for o caso.

11.3. A prestação de contas do valor dos lotes arrematados será efetuada pelo Leiloeiro(a) contratado(a) ao(à) contratante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da realização do certame, juntamente com



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

a fatura, acompanhada das seguintes informações:

- I. Data do certame.
- II. Discriminação do bem alienado.
- III. Preço total da venda.
- IV. Valor da comissão do(a) Leiloeiro(a), acompanhada do comprovante do pagamento efetuado na data da licitação.
- V. Nome completo, endereço, número do documento de identificação e da inscrição no CPF do arrematante se pessoa física e, se pessoa jurídica, a razão social, nome de fantasia, endereço de sua sede, o número de inscrição no CNPJ e, em ambos os casos, o número de telefone para contato.
- VI. Nome completo do suplente do arrematante e CPF, se pessoa física e, se pessoa jurídica, a razão social e inscrição no CNPJ e, em ambos os casos, o número de telefone para contato.
- VII. Valores quitados em cada lote, referente aos tributos, estaduais, federais e municipais, além do seguro obrigatório e multas, que pendiam sobre o bem, observando rigorosamente a sequência predeterminada pelo CONTRAN para o processo de leilão de veículos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

12.1. A presente contratação não decorrerá vínculo empregatício de qualquer natureza entre a Prefeitura Municipal de Caçador e o Leiloeiro(a) contratado(a), bem como com os empregados, prepostos e terceirizados, pertencentes aos quadros do Leiloeiro.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FISCAL DO CONTRATO

13.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Setor de Patrimônio e fiscalizada pela Comissão Especial de Leilão, e deverão ser especialmente designados mediante portarias internas, conforme requisitos estabelecidos no artigo 7º da Lei n.º 14.133/2021 ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

13.2. O Setor de Patrimônio atuará de forma a fazer a gestão administrativa do contrato, bem como, no uso de suas atribuições solicitará decisão da Secretaria de Administração no tocante a prorrogação de prazos e/ou alterações dos contratos sempre que houver necessidade justificada.

13.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das falhas ou dos defeitos observados.

13.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

13.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

13.6. O(a) contratado(a) será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

13.7. O(a) contratado(a) será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo(a) contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS TRIBUTOS E DESPESAS

14.1. Constituirá encargo exclusivo do(a) contratado(a) o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTICORRUPÇÃO



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

15.1. Para execução do presente contrato o(a) contratante e o(a) contratado(a) deverão observar o disposto na Lei n.º 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto n.º 8.420/2015.

15.2. Fica vedado às partes signatárias deste contrato oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma e observando sempre a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

16.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

16.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

16.4. O(a) contratado(a) declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo(a) contratante.

16.5. O(a) contratado(a) fica obrigada a comunicar ao(a) Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no artigo 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os lotes do Leilão decorrente do presente contrato estarão disponíveis para visitação pelos interessados, no período, horários, locais e condições estipuladas no Edital de Leilão, a ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, Painel Nacional de Contratações Públicas – PNCP e demais meios de divulgação.

17.2. Não será permitida a visitação do material disponível no dia da realização do Leilão.

17.3. Os lotes referentes ao Leilão decorrente deste Contrato serão vendidos no estadoem que se encontrarem, garantida arrematação ao maior lance oferecido e com respectivo pagamento, que deverá ser à vista.

17.4. Todo e qualquer imposto ou taxa por ventura devido, competirá única e exclusiva ao arrematante.

17.5. Os arrematantes terão 10 (dez) dias, contados da emissão da nota de venda para retirar os lotes arrematados. A partir do 11º (décimo primeiro) dia, pagarão uma taxa de R\$ 10,00 (dez reais) por dia de atraso, a título de armazenagem a ser recolhida através de Documento de Arrecadação emitido pela Prefeitura Municipal de Caçador, até o limite de 30 (trinta) dias, ocasião em que perderão o direito ao bem adquirido, sem que caiba ao arrematante inadimplente direito à restituição dos valores pagos, inclusive da comissão do Leiloeiro, convocando-se o segundo classificado para o respectivo lote e assim sucessivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

18.1. O(a) contratante providenciará a publicação deste contrato no Diário Oficial do Município – DOM e no portal compras.gov.br, nos termos do artigo 174 da Lei n.º 14.133/2021, considerando a implantação do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, para fins de garantir a ampla publicidade.



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo(a) contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. As partes elegem o foro da Comarca de Caçador, Estado de Santa Catarina, para dirimirem os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme artigo 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

Caçador – Santa Catarina, 17 de junho de 2024.

Contratante
ALENCAR MENDES PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

Contratada
XXXX CONTRATADA

1ª Testemunha
Nome: XXXX CPF: XXXX
ASSINATURA

2ª Testemunha
Nome: XXXX CPF: XXXX
ASSINATURA